

Apresentação

No ano em que celebramos os 80 anos da Justiça do Trabalho, a Comissão da Revista tem o prazer de apresentar a edição temática do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, sobre o octogésimo aniversário da Justiça Trabalhista.

Sinto-me honrada e privilegiada por fazer parte dessa história, por vivenciar o crescimento e a importância que adquiriu este ramo do direito. O tempo coloca os fatos em perspectiva e o cotejo entre o passado e o presente permite advir o futuro. Atravessamos tormentas e ao final, a razão de ser da Justiça do Trabalho fala mais alto. No direito, interpretações e pontos de vista distintos são importantes para a construção da jurisprudência e na sociedade em geral, a liberdade de expressão e a defesa de ideais são instigantes e necessários para o crescimento da nação e para o fortalecimento das instituições e da democracia, a unanimidade pode ser almejada, mas desejo nunca alcançada e por isso o papel apaziguador do judiciário ainda se mostra vital e de suma importância.

O poder judiciário brasileiro, previsto na Constituição de 1824, criou o Supremo Tribunal de Justiça, que foi instalado em 1826, mas apenas em 1875 este tribunal teve autorização para julgar e unificar a jurisprudência. No entanto, a Justiça do Trabalho, criada 1941, pelo então Presidente Getúlio Vargas já nasceu consolidada, mas não dispensada de lutar para manter e fazer crescer o legado que lhe foi confiado, na minha opinião. O princípio da celeridade se faz presente tanto na evolução histórica como na atuação jurisdicional.

Assim, com o intuito de participar das

comemorações pelos 80 anos, apresentamos essa edição da Revista que conta com 20 textos de autores convidados pela Comissão da Revista a partir da análise de suas trajetórias na magistratura, na produção intelectual, no desempenho de ações associativas ou na fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista.

A partir de narrativa pessoal, o Ministro aposentado do TST Luiz José Guimarães Falcão relata algumas passagens enquanto juiz e ministro, entrelaçando as histórias com marcos importantes como a fundação de entidades representativas da magistratura brasileira, o cinquentenário da Justiça do Trabalho, a criação do TRT da 9ª Região e a chegada de magistrados trabalhistas ao STF.

O Desembargador 1º Vice-presidente do TRT 3, Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto, esboça suas memórias pessoais em três tempos: o início na advocacia trabalhista, o aprendizado na assessoria no gabinete do Ministro Vieira de Mello no TST e a posse como Juiz do Trabalho no TRT 3, onde conta parte da sua atuação em Minas Gerais.

Da mesma maneira, o Doutor em Direito do Trabalho pela PUC-SP e juiz do Trabalho Otávio Torres Calvet, a partir de sua trajetória, debate o posicionamento de magistrados e questiona se a Justiça do Trabalho estaria em “grupo de risco”, concluindo que a transformação é inerente ao processo de crescimento e fortalecimento.

Outros autores elegeram um tema e o analisaram em perspectiva histórica, como Maurício de Figueiredo Corrêa da Veiga, professor e vice-presidente da

Comissão de Direito Desportivo da OAB Nacional, que narra a trajetória do Direito Desportivo descrevendo a legislação competente. Já Sérgio Pinto Martins, Desembargador Corregedor do TRT da 2ª Região e Professor da USP, analisa a evolução do fato príncipe na Justiça do Trabalho. Na mesma linha, Sebastião Geraldo de Oliveira, Desembargador do TRT da 3ª Região e Gestor nacional do Programa Trabalho Seguro do TST, discorre sobre a proteção da segurança e da saúde do trabalhador na evolução histórica da Justiça do Trabalho. O Ministro Alexandre Agra Belmonte reflete acerca de acidentes de trabalho e infelizmente, relatando a trajetória da legislação sobre acidentes de trabalho e proteção ao trabalhador.

Os Professores Universitários e Juizes do Trabalho Antonio Umberto de Souza Júnior e Fabiano Coelho de Souza escreveram juntos artigo que narra a evolução das normas a respeito da negociação coletiva ao longo dos 80 anos da Justiça do Trabalho. De igual modo, o ex-conselheiro do CNJ, José Lucio Munhoz, traz um breve histórico e o panorama atual legislativo e jurisprudencial sobre a perspectiva da arbitragem trabalhista no Brasil.

A juíza do TRT 10 e ex-presidente da AMATRA 10, Audrey Choucair Vaz, avalia se a competência da Justiça do Trabalho está em expansão ou retração desde a Constituição Federal até os dias atuais. A também juíza do trabalho da 10ª Região e ex-presidente da ANAMATRA, Noemia Porto, associa a trajetória do Constitucionalismo social e a aliança entre direitos da relação de emprego e a competência da Justiça do Trabalho, contribuindo para a dimensão de uma cidadania regulada.

Sobre a criação e trajetória da Justiça do Trabalho, o Jurista e Magistrado aposentado do TRT da 9ª Região Manoel Antonio Teixeira Filho analisa todos os textos constitucionais e apresenta de que maneira

a Justiça Trabalhista foi abordada nas Cartas Magnas, desde o período Imperial até 1988. Já o Advogado e Pós-Doutor em Direito do Trabalho Domingos Sávio Zainaghi estuda as origens e o desenvolvimento da Justiça do Trabalho brasileira desde a era administrativa até os dias atuais, examinando também algumas experiências de outros países.

A respeito de figuras importantes na história do Direito do Trabalho, o Professor da UnB Cristiano Paixão e o Juiz do TRT-10 e também Professor Ricardo Lourenço Filho escreveram sobre o debate entre Oliveira Viana e Waldemar Ferreira, analisando a recepção doutrinária da construção e da consolidação da Justiça do Trabalho.

Em uma perspectiva contemporânea, a Mestre em Direito do Trabalho pela USP e Desembargadora Corregedora Regional do TRT da 15ª Região, Ana Paula Pellegrina Lockmann, discorre sobre métodos de solução de conflitos e efetividade da jurisdição com o uso de tecnologias. Por sua vez, a Procuradora-Chefe do MPT da 10ª Região, Valesca de Moraes do Monte, descreve as ações do Ministério Público do Trabalho durante a pandemia de COVID-19.

A Desembargadora aposentada do TRT1 e Doutora em direito pela UGF, Vólia Bomfim, e Iuri Pinheiro, Juiz do Trabalho do TRT3, contribuíram para esta edição com dois artigos: um sobre o empregado e o empregador como sujeitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e outro que tece comentários sobre a Lei 14.112/20 e seus impactos no Direito e Processo do Trabalho.

Ainda no âmbito do Direito Processual do Trabalho, a Desembargadora do TRT da 6ª Região Eneida Melo Correia de Araújo, trata do poder diretivo do juiz no novo Código de Processo Civil e a subsidiariedade do poder diretivo no processo do trabalho.

Como reflexão para o futuro, a

Doutora em Direito e Desembargadora do TRT da 15ª Região Tereza Aparecida Asta Gemignani aponta alguns desafios que a Justiça do Trabalho deve enfrentar no mundo do trabalho em transformação.

Na Jurisprudência, a presente edição conta com um enunciado do TRT 10 e 13 acórdãos dos TRT 21, TRT 19, TRT 18, TRT 17, TRT 16, TRT 14, TRT 13, TRT 12, TRT 11, TRT 8, TRT 6 e TRT 4. O intuito é retratar mais fielmente a realidade em âmbito nacional, publicando jurisprudência relevante de Tribunais, que retratem o papel histórico da Justiça do Trabalho na sociedade.

Por último, mas não menos importante, parabeno a Comissão da Revista, que sob a coordenação da Desembargadora Cilene Amaro Santos, vice-diretora da Escola Judicial e, não mediu esforços para compilar artigos e jurisprudência que retratam parte da rica história desses 80 anos.

O nome da Desembargadora Cilene, Presidente da Comissão Permanente de Gestão Documental do TRT 10, que está vinculada a memória da Justiça do Trabalho, aceitou a incumbência, abraçou o projeto e contribuiu, sobre maneira para o desenvolvimento e concretização da edição temática da Revista.

O entusiasmo e empenho do juiz Marcos Ulhoa Dani, com sua juventude, impulsionou e ajudou a superar obstáculos, bem como a juíza Martha Franco de Azevedo.

Registro agradecimentos pela colaboração às servidoras Joana Angélica Correia da Silva, membro da Comissão Permanente de Gestão Documental e do Memorial do nosso Tribunal e Márcia Lage e ao colaborador Arturo Buzzi Filho e a servidora Márcia Basílio Lage.

À servidora Anastácia Freitas de Oliveira, secretária da Comissão da Revista

nosso reconhecimento pela competência e tranquilidade com a qual orienta e conduz a edição da revista e ao Wesley Marques, pela criatividade e disponibilidade com a qual dá acabamento ao processo de construção da obra.

Aos juízes, aos membros do Ministério Público do Trabalho, aos advogados, aos servidores e aos juristas que dedicaram seu precioso tempo, emoção e conhecimento nosso muito obrigada.

Aos nossos leitores desejo que lembranças aflorem a uns, que fatos até então desconhecidos inspirem e a todos que o amor pelo Direito e pela Justiça do Trabalho nos fortaleçam para continuarmos cerrando fileiras na defesa de sua existência.

Flávia Simões Falcão

Desembargadora e Diretora da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região